

Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas e Individuais

30 de setembro de 2022





ÍNDICE

(Página)

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS	12
2. Principais políticas contábeis.....	21
3. Das autorizações vigentes	22
4. Comercialização de energia.....	24
5. Segmentos operacionais.....	24
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	26
7. Contas a receber de clientes	26
8. Tributos a recuperar	27
9. Investimentos	28
10. Imobilizado	36
11. Direito de uso – Arrendamentos	45
12. Fornecedores.....	47
13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas	48
14. Tributos a recolher	54
15. Contas a receber e a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado).....	55
16. Outras contas a pagar.....	56
17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	57
18. Provisão para contrato oneroso.....	62
19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas	63
20. Receita líquida	64
21. Custos e despesas (receitas).....	65
22. Resultado financeiro.....	66
23. Imposto de renda e contribuição social	67
24. Transações com partes relacionadas.....	69
25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	74
26. Lucro (prejuízo) por ação.....	80
27. Ativos classificados como mantidos para venda	81
28. Cobertura de Seguros	83
29. Transações não envolvendo caixa	83
30. Eventos subsequentes.....	84

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	76.008	354.110	18.805	234.209
Aplicações financeiras	6	4.189	5.278	-	-
Contas a receber de clientes	7	29.684	6.231	-	-
Tributos a recuperar	8	18.766	11.963	2.475	1.060
Partes relacionadas	24	-	-	35.240	21.455
Debêntures privadas	13.2.2.1	-	-	28.643	-
Dividendos a receber	9.4	-	-	-	27.139
Adiantamentos a fornecedores		921	1.631	867	1.520
Despesas antecipadas		6.581	3.736	291	118
Outros créditos		328	566	30.748	31.031
		136.477	383.515	117.069	316.532
Ativos classificados como mantidos para venda	27	118.762	335.908	117.729	177.359
Total dos ativos circulantes		255.239	719.423	234.798	493.891
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	271	254	271	254
Contas a receber - CCEE	15	5	-	-	-
Depósitos judiciais	13.5.b e 17	9.386	3.667	7.955	2.802
Tributos diferidos		669	-	-	-
Partes relacionadas	24	-	-	168.797	156.229
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	9	-	-	490.021	468.337
Imobilizado	10	1.744.441	1.557.299	5.987	5.027
Total dos ativos não circulantes		1.754.832	1.561.280	673.091	632.709
TOTAL DOS ATIVOS		2.010.071	2.280.703	907.889	1.126.600

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	59.956	115.880	5.899	33.057
Empréstimos e financiamentos	13	74.571	252.508	27.432	252.303
Tributos a recolher	14	13.440	15.719	4.554	5.374
Salários, encargos e férias a pagar		7.903	9.061	6.919	9.061
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	15	35.513	36.418	-	-
Arrendamentos a pagar	11	646	237	552	142
Outras contas a pagar	16	162.226	100.520	113.751	56.153
Partes relacionadas	24	-	49.860	-	49.860
Provisão para contrato oneroso	18	-	23.465	-	-
		354.255	603.668	159.107	405.950
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	27	13.280	106.636	12.285	11.457
Total dos passivos circulantes		367.535	710.304	171.392	417.407
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	12	192.026	199.276	23.023	31.404
Empréstimos e financiamentos	13	899.806	944.957	4.206	2.583
Debêntures privadas	13	-	-	60.791	59.950
Tributos a recolher	14	9.692	14.221	5.717	7.546
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	15	37.361	38.870	-	-
Arrendamentos a pagar	11	14.744	13.240	563	70
Partes relacionadas	24	-	742.976	-	766.013
Provisão para perda sobre investimentos	9	-	-	293.347	311.226
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	197.985	181.068	114.797	129.483
Provisão para desmantelamento	10.11	23.300	-	-	-
Outras contas a pagar	16	106.943	91.111	73.374	56.238
Total dos passivos não circulantes		1.481.857	2.225.719	575.818	1.364.513
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	19				
Capital social		4.139.098	3.349.936	4.139.098	3.349.936
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.936.663)	(3.963.500)	(3.936.663)	(3.963.500)
Total do patrimônio líquido		160.679	(655.320)	160.679	(655.320)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2.010.071	2.280.703	907.889	1.126.600

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021
RECEITA LÍQUIDA	20	62.788	15.396	142.331	63.578
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(4.623)	(19.918)	(54.499)	(51.371)
Custo de operação		(7.761)	(2.589)	(18.728)	(6.020)
Depreciações e amortizações	10	(3.250)	(20)	(17.236)	(63)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(3.070)	(174)	(5.963)	(637)
Total	21	(18.704)	(22.701)	(96.426)	(58.091)
RESULTADO BRUTO		44.084	(7.305)	45.905	5.487
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(44.487)	(15.836)	(69.693)	(54.329)
Depreciações e amortizações	10	(452)	(502)	(1.412)	(1.535)
Outras receitas (despesas) líquidas		(3.515)	(11.165)	10.581	(41.860)
Total	21	(48.454)	(27.503)	(60.524)	(97.724)
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	-	45.426	-	107.888
Ganho (perda) na alienação de ativos	1.2 e 9.3.1.1	48.606	9.077	225.320	1.427
Total		152	27.000	164.796	11.591
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		44.236	19.695	210.701	17.078
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		3.155	4.194	15.643	8.094
Despesas financeiras		(60.548)	(68.832)	(193.045)	(153.489)
Total	22	(57.393)	(64.638)	(177.402)	(145.395)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.157)	(44.943)	33.299	(128.317)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(4.105)	(640)	(6.499)	(1.509)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2	2	404	37	293
Total	23	(4.103)	(236)	(6.462)	(1.216)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(17.260)	(45.179)	26.837	(129.533)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

		Controladora			
	Nota explicativa	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações e amortizações	10	(21)	(20)	(62)	(63)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(4.747)	(4.867)	(4.882)	(34.424)
Depreciações e amortizações	10	(402)	(378)	(1.178)	(1.156)
Outras receitas (despesas) líquidas		53	(871)	(120)	(738)
Total	21	(5.096)	(6.116)	(6.180)	(36.318)
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	(36.179)	(18.124)	(101.446)	(36.209)
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 9.3.1.1	48.606	-	225.320	-
Total		7.331	(24.240)	117.694	(72.527)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		7.310	(24.260)	117.632	(72.590)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.280	550	7.622	987
Despesas financeiras		(26.850)	(21.469)	(98.417)	(57.930)
Total	22	(24.570)	(20.919)	(90.795)	(56.943)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(17.260)	(45.179)	26.837	(129.533)
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	26	(0,14)	(0,61)	0,21	(1,74)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado				Controladora			
	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	(17.260)	(45.179)	26.837	(129.533)	(17.260)	(45.179)	26.837	(129.533)
Outros resultados abrangentes								
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	-	3.192	-	19.788	-	3.192	-	19.788
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(17.260)	(41.987)	26.837	(109.745)	(17.260)	(41.987)	26.837	(109.745)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Nota 1: Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da então controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM.

Considerando a alienação da participação na controlada em conjunto Brasil PCH, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$7.936 foi reconhecido no resultado financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2021.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social			Outros resultados abrangentes		Total do patrimônio líquido (negativo) controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reservas de capital Ágio	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	1	(32.470)	(3.994.187)	(1.107.637)
Aumento de capital social - emissão de ações		389.160	-	-	-	-	389.160
Prejuízo do período		-	-	-	-	(129.533)	(129.533)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	19.788	-	19.788
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	1	(12.682)	(4.123.720)	(828.222)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	1	-	(3.963.500)	(655.320)
Aumento de capital social - emissão de ações	19.b	789.162	-	-	-	-	789.162
Lucro líquido do período		-	-	-	-	26.837	26.837
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	19	4.139.098	(41.757)	1	-	(3.936.663)	160.679

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do período		26.837	(129.533)	26.837	(129.533)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10.2 e 10.4	18.648	1.579	1.240	1.219
Valor residual do ativo imobilizado baixado		-	-	-	94
Comissões e outras penalidades	13.3	384	355	384	-
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13.3	106.702	106.438	23.920	24.224
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13.3	-	868	-	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	15.1	11.014	14.861	-	-
Multa sobre ressarcimento	15.1	7.673	29.934	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	34.890	15.409	3.287	15.333
Provisão (reversão) para contrato oneroso	18	(23.465)	(11.325)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	22	(15.317)	(7.637)	(4.818)	(751)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	22, 24	59.972	23.959	58.205	23.959
Juros sobre contas a pagar		14.367	10.890	1.381	1.709
Juros sobre passivo de arrendamento	10, 22	3.572	4.012	2.399	1.393
Juros sobre provisão para desmantelamento	22	1.058	-	-	-
Atualização depósitos judiciais		(151)	(35)	(116)	(18)
Tributos diferidos		(82)	(642)	-	-
Ganho na alienação de ativos	1.2 e 9.3.1.1	(232.300)	(1.427)	(232.300)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	-	(107.888)	101.446	36.209
Perdão da dívida		-	(87)	-	(87)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(21.950)	(3.556)	-	150
Depósitos judiciais		(5.936)	(372)	(5.037)	(303)
Tributos a recuperar		(7.196)	(4.762)	(1.415)	(174)
Despesas antecipadas		(2.739)	(4.566)	(173)	(214)
Adiantamentos a fornecedores		(535)	(1.669)	653	(1.262)
Outros créditos		238	11	283	(431)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(60.459)	14.930	(30.849)	(1.894)
Tributos a recolher		(5.538)	(4.555)	(3.225)	(3.558)
Salários e férias a pagar		(11.153)	(8.472)	(4.421)	2.022
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	15.1	(31.155)	(12.909)	-	-
Outras contas a pagar		2.285	8.762	(273)	2.283
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.554)	(1.474)	(201)	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	13.3	(123.528)	(21.509)	(60.728)	(4.085)
Dividendos recebidos	9.4	-	71.363	-	-
Pagamentos de contingências	17	(5.586)	-	(5.586)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(262.004)	(19.047)	(129.107)	(32.868)

- Continua -



- Continuação -

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	9.3.2 e 29	-	-	-	(358.842)
Recursos para futuro aumento de capital	9.3.2	-	-	(212.942)	(14.635)
Recebimento na alienação de ativos	1.2	379.178	59.807	379.178	-
Aplicações financeiras		13.863	11.695	4.801	796
Aquisição de imobilizado	10 e 29	(187.466)	(128.948)	(9.763)	(6.181)
Debentures privadas	13.3	-	-	(27.517)	-
Partes relacionadas	24.3	-	-	(24.952)	(10.632)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		205.575	(57.446)	108.805	(389.494)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	19.b e 29	90	1.604	90	1.604
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	13.3	-	362.465	-	455.808
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	13.3	-	(14.392)	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13.3 e 29	(211.617)	(52.753)	(187.109)	(22.831)
Pagamento de passivos de arrendamento		(6.082)	(6.607)	(4.003)	(4.415)
Partes relacionadas	24.3	(4.064)	(182)	(4.080)	(1.876)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(221.673)	290.135	(195.102)	428.290
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(278.102)	213.642	(215.404)	5.928
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	354.110	29.374	234.209	10.070
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	76.008	243.016	18.805	15.998
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(278.102)	213.642	(215.404)	5.928

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
RECEITAS					
Vendas de energia	20	152.074	68.168	-	-
Outras receitas		10.102	11.056	2.296	461
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(79.269)	(58.114)	-	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(47.133)	(81.164)	(3.586)	(30.921)
Valor adicionado bruto		35.774	(60.054)	(1.290)	(30.460)
Depreciação	10, 21	(18.648)	(1.598)	(1.240)	(1.219)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		17.126	(61.652)	(2.530)	(31.679)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	-	107.888	(101.446)	(36.209)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.2	225.320	1.427	225.320	-
Receitas financeiras		16.457	8.488	7.994	1.036
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		258.903	56.151	129.338	(66.852)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		7.894	9.569	1.099	2.045
Honorários da administração	24.5	8.243	8.311	1.148	1.777
Benefícios		3.526	3.112	521	343
FGTS		1.780	1.230	324	186
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		21.414	9.837	1.180	614
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		178.341	141.531	86.676	50.103
Aluguéis		26	171	4	2
Outros		10.842	11.923	11.549	7.611
Lucro líquido (prejuízo) do período		26.837	(129.533)	26.837	(129.533)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		258.903	56.151	129.338	(66.852)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 30 de setembro de 2022

Valores expressos em milhares de Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial (“Renova PCH”)	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial		
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.



Investimentos	Classificação	Descrição
<p>Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial¹</p>	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”) – vide nota 1.1.
<p>Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial¹</p>	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial ¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.



Investimentos	Classificação	Descrição
<p>Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial</p> <p>Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial³</p> <p>Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial¹</p>	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
<p>Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial⁴</p> <p>SF 120 Participações Societárias S.A.²</p> <p>Renovapar S.A. - Em recuperação judicial</p>	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresa classificada como mantida para venda.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

Nota 4: empresa incorporada a Companhia em julho de 2022.



1.1 Operação comercial dos parques eólicos

Em 5 de setembro de 2022 a Companhia comunicou ao mercado que cumpriu o Estágio 3 da implantação do Complexo Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 303,6 MWs, conforme previsto nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1 e 2 também já haviam sido cumpridos pela Companhia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro e 06 de agosto de 2022.

Atualmente são 23 parques em operação comercial, sendo 12 atendendo ao mercado regulado (LER 2013 e LER 2014) e 11 atendendo ao mercado livre, adicionando 382,2 MWs de potência instalada ao sistema nacional, despachados a partir das Subestações Pindaí II e Igaporã. Além disso, conta com 16,2 MWs em performance (aguardando emissão da autorização para operação comercial pelos órgãos reguladores) e 18 MWs em operação teste.

A conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, deverá acontecer até dezembro de 2022, totalizando investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões em 155 aerogeradores, 4 subestações e 208 km de linhas de transmissão, distribuídos em 26 projetos, em 6 municípios do estado da Bahia (Caetité, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi e Guanambi). O conjunto terá capacidade instalada de 432,6 MW de energia.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 UPI Enerbrás

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a Companhia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado ^(a)	244.536
Valor reserva corrigido	29.606
Total	274.142
Custo do investimento	(125.949)
Ganho antes dos outros custos e provisões	148.193
Outros custos na venda ^(b)	(5.617)
Ganho na alienação	142.576

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos a parcela retida para eventuais ajustes de preço.

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.



Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela Companhia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

1.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A Companhia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a Companhia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Descrição	Valor
Valor da venda	42.000
Custo do investimento	(20.929)
Ganho antes dos outros custos e provisões	21.071
Outros custos na venda ^(a)	(1.364)
Ganho na alienação	19.707

(a) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de

janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de setembro de 2022:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 30/09/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	1.322	(20.726)	-	(7)	406
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(80.507)	-	80.733	933.562
Classe III - credores quirografários	500.386	589.234	(13.947)	(789.072)	20.181	306.782
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	290	721
Total	1.457.101	590.442	(118.197)	(789.072)	101.197	1.241.471

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	40	5	(539)	-	202	19.817
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	-	-	(163.914)	-	45.187	933.336
Classe III - credores quirografários	877.732	2.368	(5)	(5.289)	(387.556)	13.136	500.386
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	(571)	-	140	3.562
Total	1.953.897	2.408	-	(170.313)	(387.556)	58.665	1.457.101

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas



semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	5,00%	5,00%
Ano 9	5,00%	5,00%
Ano 10	5,00%	16,00%
Ano 11	16,00%	18,00%

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES. Em 2021, com a alienação da UPI Fase B, UPI Brasil PCH e ainda outros eventos previstos nos planos, a Companhia amortizou o montante de R\$163.857.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	2,50%	2,50%
Ano 9	2,50%	5,00%
Ano 10	5,00%	5,00%
Ano 11	5,00%	5,00%
Ano 12	5,00%	5,00%



Ano 13	5,00%	5,00%
Ano 14	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a)** Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c)** Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d)** O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.



1.4 Continuidade operacional

No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$26.837, possui prejuízos acumulados de R\$3.936.663, patrimônio líquido positivo de R\$160.679 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes (Controladora) no montante de R\$112.296.

O resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2022 deve-se, principalmente a: (i) ao ganho na alienação de ativos, no montante de R\$225.320, (ii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$177.402 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iii) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7.672, (iv) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4.269 e (v) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$1.801.

A Administração da Companhia segue empenhada na conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina, prevista para ocorrer até dezembro de 2022. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 350MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 12 projetos já contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 4,2 GW.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

As empresas operacionais da Companhia possuem contratos no ambiente regulado e não sofreram nenhum impacto nas suas operações e nem nos seus contratos. Ademais, a Companhia, cercada de todos os cuidados necessários segue com a construção dos seus parques eólicos que gerarão energia para atender ao mercado livre e regulado, estando 23 deles em operação comercial e os demais até o quarto trimestre de 2022.

Para fins de elaboração das informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2022, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No período findo em 30 de setembro de 2022 e até a data da emissão dessas informações contábeis intermediárias não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos



de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2022.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.



3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo) ¹	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota 1: Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.



3.2 Mercado livre (ACL)

		Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota (1): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 16.



4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,20	165,91	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,70	179,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,30	175,53	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,60	163,38	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	164,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	163,56	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.679,88	88.476	105,99	166,71	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964,17	64.824	104,80	164,83	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.003,78	93.732	105,55	166,01	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.287,66	56.940	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.037,92	80.592	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630,13	45.552	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para LIGHTCOM e a CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não examinados) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035.

Conforme proposto pela CEMIG GT e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, as obrigações previstas no contrato ficaram suspensas até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs foram alienadas em 06 de junho de 2022.
- Eólico** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- Comercialização** – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- Administrativo** – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.



As informações por segmento em 30 de setembro de 2022 e 2021 para o resultado e 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

30/09/2022					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	20.722	64.727	56.882	-	142.331
Custos não gerenciáveis	(290)	(5.673)	-	-	(5.963)
Margem Bruta	20.432	59.054	56.882	-	136.368
Custos gerenciáveis	(7.299)	(87.457)	(32.571)	(5.012)	(132.339)
Depreciações e amortizações	-	(17.408)	-	(1.240)	(18.648)
Ganho na alienação de ativos	205.613	19.707	-	-	225.320
Receita financeira	1.851	1.572	7.577	4.643	15.643
Despesa financeira	(2.442)	(91.779)	(1.334)	(97.490)	(193.045)
Imposto de renda e contribuição social	(1.458)	(2.341)	(2.663)	-	(6.462)
Lucro líquido (prejuízo) do período	216.697	(118.652)	27.891	(99.099)	26.837
30/09/2022					
Ativos totais	-	1.918.261	54.836	36.974	2.010.071
Passivos totais	-	1.429.112	69.978	350.302	1.849.392
30/09/2021					
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	29.512	-	34.066	-	63.578
Custos não gerenciáveis	(637)	-	-	-	(637)
Margem Bruta	28.875	-	34.066	-	62.941
Custos gerenciáveis	(11.348)	(64.873)	(42.189)	(35.170)	(153.580)
Depreciação	-	(379)	-	(1.219)	(1.598)
Resultado de equivalência patrimonial	107.888	-	-	-	107.888
Perda na alienação de ativos	-	1.427	-	-	1.427
Receita financeira	871	5.813	423	987	8.094
Despesa financeira	(59.479)	(36.829)	(256)	(56.925)	(153.489)
Imposto de renda e contribuição social	(1.216)	-	-	-	(1.216)
Lucro líquido (prejuízo) do período	65.591	(94.841)	(7.956)	(92.327)	(129.533)
31/12/2021					
Ativos totais	211.222	1.795.655	30.597	243.229	2.280.703
Passivos totais	502.524	1.023.521	38.953	1.371.025	2.936.023



6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa	43	44	4	8
Bancos conta movimento	23.620	6.313	695	266
Aplicações financeiras de liquidez imediata	56.534	391.893	18.106	233.935
Aplicações financeiras	271	254	271	254
	<u>80.468</u>	<u>398.504</u>	<u>19.076</u>	<u>234.463</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:				
Caixa e equivalentes de caixa	-	(38.862)	-	-
Total	<u>80.468</u>	<u>359.642</u>	<u>19.076</u>	<u>234.463</u>
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	76.008	354.110	18.805	234.209
Aplicações financeiras	4.189	5.278	-	-
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	271	254	271	254
Total	<u>80.468</u>	<u>359.642</u>	<u>19.076</u>	<u>234.463</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 105,28% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Comercialização Mercado livre	14.606	5.773
CCEE	15.078	458
Eletrobras – ESPRA	-	6.591
Total	<u>29.684</u>	<u>12.822</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(6.591)
Total	<u>29.684</u>	<u>6.231</u>

Os saldos em 30 de setembro de 2022 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.



8. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IRRF a compensar	2.717	738	1.927	414
Saldo negativo de IRPJ a compensar	4.210	7.604	435	535
COFINS a recuperar	4.361	1.895	-	-
PIS a recuperar	978	420	-	-
ICMS a recuperar	6.325	1.142	-	-
Outros tributos a compensar	175	173	113	111
	18.766	11.972	2.475	1.060
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(9)	-	-
Total	18.766	11.963	2.475	1.060

Em 30 de setembro de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2022.



9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	455.002	368.532
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	259	196
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.680)	(1.861)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.224)	(5.229)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.880)	(5.954)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.588	4.430
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.263)	(1.318)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.765)	(1.807)
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	(1.346)	(1.386)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.812)	(5.855)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.596)	(5.603)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.289	2.192
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(5.618)	(5.643)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.220	4.104
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.457	3.167
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.130)	(3.100)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.240)	(2.252)
Centrais Eólicas Calianandra S.A. - Em recuperação judicial	(472)	(473)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.717)	(1.731)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(339)	(358)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(37)	(52)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	20.206	17.835
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(32.535)	(33.739)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(2.444)	(1.539)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	67.881
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(216.249)	(233.326)
Total	196.674	157.111
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	490.021	468.337
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(293.347)	(311.226)
Total	196.674	157.111



9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/09/2022					31/12/2021					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	6.717	5.170.100	100,00	101.955	-	(37.528)	21.045
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	-	-	37.540.023	99,99	374	-	-	(8)
Chiplep SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.595)	61.830
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.128.113.291	99,99	2.128.113	455.002	(114.110)	2.128.113.291	99,99	2.128.113	368.532	-	(146.203)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	259	(103)	19.910.432	99,99	19.910	196	-	(5.373)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.404.320	99,99	9.404	(1.680)	(129)	9.404.320	99,99	9.404	(1.861)	-	(1.443)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	17.378.687	99,99	17.379	(5.224)	(162)	17.378.687	99,99	17.379	(5.229)	-	(5.686)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(5.880)	(258)	23.468.639	99,99	23.469	(5.954)	-	(7.080)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	4.588	(42)	25.549.928	99,99	25.550	4.430	-	5.873
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	(1.263)	(103)	8.510.149	99,99	8.510	(1.318)	-	(971)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	(1.765)	(158)	21.718.499	99,99	21.718	(1.807)	-	4.386
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	(1.346)	(83)	5.870.759	99,99	5.871	(1.386)	-	(980)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(5.812)	(158)	17.701.313	99,99	17.701	(5.855)	-	(5.320)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(5.596)	(169)	16.317.932	99,99	16.318	(5.603)	-	2.770
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	2.289	(61)	18.830.937	99,99	18.831	2.192	-	(4.444)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(5.618)	(168)	12.391.309	99,99	12.391	(5.643)	-	(4.298)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	4.220	13	20.439.716	99,99	20.440	4.104	-	7.429
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.552.944	99,99	20.553	3.457	(18)	20.552.944	99,99	20.553	3.167	-	7.296
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(3.130)	(129)	13.461.491	99,99	13.461	(3.100)	-	(3.946)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(2.240)	(67)	7.886.576	99,99	7.887	(2.252)	-	1.768

- Continua -



- Continuação -

Companhia	30/09/2022					31/12/2021					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico											
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	7.582.283	99,99	7.582	(472)	(57)	7.582.283	99,99	7.582	(473)	-	2.019
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.628	99,99	4.827	(1.717)	(50)	4.826.628	99,99	4.827	(1.731)	-	645
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.757.034	99,99	2.757	(339)	(31)	2.757.034	99,99	2.757	(358)	-	(269)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	(37)	(48)	3.791.020	99,99	3.791	(52)	-	46
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	149.949.272	99,99	149.949	20.206	(868)	149.949.272	99,99	149.949	17.835	-	(2.470)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	3.284.844	99,99	3.285	(32.535)	(3.990)	3.284.844	99,99	3.285	(33.739)	-	(16.975)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(2.444)	(1.600)	245.313.150	99,99	245.313	(1.539)	-	(1.196)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	-	(10)	235.681	100,00	236	-	-	(3)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	(2.292)	76.212.136	99,99	76.212	67.881	-	(6.284)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	-	(389)	12.937.880	99,99	12.938	-	-	(319)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(216.249)	17.077	524.038.918	100,00	524.039	(233.326)	-	(63.566)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1



9.3 Movimentação dos investimentos

9.3.1. Consolidado

9.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1.100.000.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado ^(a)	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda ^(b)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(b) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos o Ajuste Preliminar (R\$30.563) e o Valor Retido (R\$60.000).

(c) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Adicionalmente, em 30 de maio de 2022 a Companhia recebeu R\$63.036 referentes a parcela retida corrigida do valor da venda da UPI Brasil PCH.



9.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento	30/09/2022
PCH									
Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (Holding) ¹	-	-	-	(6.981)	6.717		264	-	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	368.532	-	200.580	-	(114.110)	-	-	-	455.002
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	196	-	166	-	(103)	-	-	-	259
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.861)	-	310	-	(129)	-	-	-	(1.680)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.229)	-	167	-	(162)	-	-	-	(5.224)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.954)	-	332	-	(258)	-	-	-	(5.880)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.430	-	200	-	(42)	-	-	-	4.588
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	-	158	-	(103)	-	-	-	(1.263)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.807)	-	200	-	(158)	-	-	-	(1.765)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.386)	-	123	-	(83)	-	-	-	(1.346)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	-	201	-	(158)	-	-	-	(5.812)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.603)	-	176	-	(169)	-	-	-	(5.596)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.192	-	158	-	(61)	-	-	-	2.289
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(5.643)	-	193	-	(168)	-	-	-	(5.618)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.104	-	103	-	13	-	-	-	4.220
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.167	-	308	-	(18)	-	-	-	3.457
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.100)	-	99	-	(129)	-	-	-	(3.130)

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento	30/09/2022
Eólico									
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.252)	-	79	-	(67)	-	-	-	(2.240)
Centrais Eólicas Calianra S.A. - Em recuperação judicial	(473)	-	58	-	(57)	-	-	-	(472)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.731)	-	64	-	(50)	-	-	-	(1.717)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(358)	-	50	-	(31)	-	-	-	(339)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(52)	-	63	-	(48)	-	-	-	(37)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	17.835	-	3.239	-	(868)	-	-	-	20.206
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(33.739)	-	5.194	-	(3.990)	-	-	-	(32.535)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.539)	-	695	-	(1.600)	-	-	-	(2.444)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	10	-	(10)	-	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial ²	67.881	10.700	11	-	(2.292)	-	-	(76.300)	-
SF 120 Participações Societárias S.A. ³	-	-	5	-	(389)	384	-	-	-
Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas S.A. ⁴	-	20.929	-	-	-	-	(20.929)	-	-
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(233.326)	-	-	-	17.077	-	-	-	(216.249)
Total	157.111	31.629	212.942	(6.981)	(101.446)	384	(20.665)	(76.300)	196.674

Nota 1: Ativo alienado em 06 de junho de 2022 (nota 1.2.1).

Nota 2: Companhia incorporada em 14 de julho de 2022 (nota 9.3.3).

Nota 3: Saldo dos investimentos transferido para ativos circulantes mantidos para venda (nota 27).

Nota 4: Ativo alienado em 26 de julho de 2022 (nota 1.2.2).

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$293.347 (R\$311.226, em 31 de dezembro de 2021).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	30/09/2021
PCH								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	12.672	(12.672)	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(12)	14	6	-	-	(8)	-	-
Chiple SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	-	-	19.788	(152.594)	53.842	-	881.285
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	564.157	9.623	-	-	(71.712)	-	293.770
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	2.550	64	-	-	(5.334)	-	198
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.844	165	-	-	(1.207)	-	(1.657)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	2.382	66	-	-	(5.619)	-	(5.199)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	4.326	143	-	-	(6.963)	-	(5.891)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	2.007	110	-	-	6.125	-	4.636
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.625	81	-	-	(754)	-	(1.140)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	3.707	70	-	-	4.425	-	(1.790)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.256	67	-	-	(811)	-	(1.254)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	3.486	71	-	-	(5.222)	-	(5.783)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	3.304	67	-	-	2.868	-	(5.543)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	2.337	63	-	-	(4.419)	-	2.181
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.971	49	-	-	(4.241)	-	(5.612)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	975	52	-	-	7.565	-	4.197
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.206	77	-	-	7.469	-	3.292
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.932	37	-	-	(3.786)	-	(2.979)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	1.458	11	-	-	1.835	-	(2.220)
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	984	5	-	-	2.061	-	(464)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	924	5	-	-	697	-	(1.713)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	576	17	-	-	(188)	-	(310)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	648	4	-	-	129	-	(2)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	22.922	188	-	-	(1.226)	-	18.635
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.534)	3.471	3.191	-	-	(13.242)	-	(32.114)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(44)	54	1	-	-	(11)	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	1.019	186	-	-	(797)	-	(1.312)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(164)	115	10	-	-	(22)	-	(61)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(110)	77	4	-	-	(2)	-	(31)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	213	2	-	-	(3)	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	2.489	178	-	-	(2.143)	-	72.014
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	297	14	-	-	(204)	(107)	-
Outras participações(1)	(61)	81	8	-	-	(27)	-	1
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	-	-	-	-	(7.956)	-	(177.716)
Total	560.170	634.407	14.635	19.788	(152.594)	(36.209)	(12.779)	1.027.418

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

9.3.3 Reorganização societária (incorporação de controlada)

Em 14 de julho de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o Protocolo e a proposta de incorporação, pela Companhia, da controlada Bahia Holding S.A. – em recuperação judicial (“Bahia Holding”), nos termos da legislação pertinente e no Protocolo, sem alteração do capital social da

Companhia nem a emissão de novas ações pela Companhia, com a consequente extinção da controlada incorporada e sua sucessão pela Companhia.

A incorporação da controlada mencionadas no parágrafo anterior foi efetivada em 14 de julho de 2022 mediante aprovação nas instâncias societárias competentes da controlada. Assim, a Bahia Holding foi extinta e sucedida pela Companhia em todos os seus ativos, passivos, bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins.

A seguir apresentamos os saldos da controlada incorporada:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 22 DE JULHO DE 2022 (BAHIA HOLDING)

<u>ATIVOS</u>	<u>14/07/2022</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>14/07/2022</u>
CIRCULANTES		-	
Ativos classificados como mantidos para venda	76.301	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76.301
TOTAL DO ATIVO	<u>76.301</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>76.301</u>

9.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724
Dividendos propostos	71.363	152.594
Dividendos recebidos	(71.363)	(160.626)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>-</u>	<u>34.692</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	27.139
Dividendos propostos	-	6.981
Dividendos recebidos	-	(34.120)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>

Controladora: a movimentação do período refere-se a dividendos propostos e recebidos da então controlada Enerbrás.

Consolidado: a movimentação do consolidado do período anterior contempla os dividendos propostos e recebidos da então controlada indireta Brasil PCH.



10. Imobilizado

10.1 Consolidado

		30/09/2022			31/12/2021		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		-	-	-	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	-	-	-	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	184.369	(1.759)	182.610	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	4%	1.344.926	(12.247)	1.332.679	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	130	(2)	128	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	-	-	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.629)	63	22.692	(22.591)	101
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.657)	82	3.739	(3.633)	106
Equipamentos de torres	20%	2.404	(2.372)	32	2.372	(2.372)	-
Provisão para Desmantelamento		8.709	(220)	8.489	-	-	-
Outros	14%	-	-	-	16	(15)	1
		1.566.969	(42.886)	1.524.083	236.949	(97.751)	139.198
Sistema de transmissão e conexão							
Máquinas e equipamentos	7%	296.656	(2.816)	293.840	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(790.192)	-	(790.192)	-	-	-
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.609)	747	5.356	(4.224)	1.132
Benfeitorias	4%	854	(206)	648	854	(181)	673
Móveis e utensílios	10%	2.140	(1.952)	188	2.129	(1.874)	255
Softwares	20%	3.665	(3.370)	295	3.659	(3.317)	342
Equipamento de informática	20%	4.283	(3.683)	600	3.838	(3.606)	232
		16.298	(13.820)	2.478	15.836	(13.202)	2.634
Estoques							
Almoxarifado geral		-	-	-	153	-	153
Total do imobilizado em serviço		1.089.731	(59.522)	1.030.209	252.938	(110.953)	141.985
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		464.294	-	464.294	714.141	-	714.141
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		5.440	-	5.440	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		119.356	-	119.356	301.655	-	301.655
Móveis e utensílios		-	-	-	105	-	105
Torres de medição		2.602	-	2.602	4.857	-	4.857
Aerogeradores		559.280	-	559.280	1.536.592	-	1.536.592
Equipamentos de subestação		151.843	-	151.843	363.131	-	363.131
Adiantamentos a fornecedores		22.627	-	22.627	64.169	-	64.169
Estoques		32.658	-	32.658	15.290	-	15.290
Provisão para Desmantelamento		13.533	-	13.533	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(567.550)	-	(567.550)	(1.357.742)	-	(1.357.742)
Total do imobilizado em curso		805.145	-	805.145	1.655.352	-	1.655.352
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		40.638	(12.789)	27.849	48.647	(13.093)	35.554
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 27.2)		(118.762)	-	(118.762)	(275.592)	-	(275.592)
Total imobilizado		1.816.752	(72.311)	1.744.441	1.681.345	(124.046)	1.557.299



10.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2021	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	30/09/2022
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	184.369	-	184.369
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1.344.926	-	1.344.926
Móveis e utensílios	-	-	-	130	-	130
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	32	-	-	-	2.404
Provisão para Desmantelamento	-	8.709	-	-	-	8.709
	28.803	8.741	-	1.529.425	-	1.566.969
Sistema de transmissão e conexão						
Máquinas e equipamentos de transmissão	-	-	-	296.656	-	296.656
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	(790.192)	-	(790.192)
	28.803	8.741	-	1.035.889	-	1.073.433
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	11	-	-	-	2.140
Softwares	3.659	6	-	-	-	3.665
Equipamento de informática	3.838	449	-	15	-	4.302
	15.836	466	-	15	-	16.317
Total do imobilizado em serviço - custo	44.639	9.207	-	1.035.904	-	1.089.750
(-) Depreciação						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(1.759)	-	-	-	(1.759)
Máquinas e equipamentos	-	(12.247)	-	-	-	(12.247)
Móveis e utensílios	-	(2)	-	-	-	(2)
Torres de medição	(22.591)	(38)	-	-	-	(22.629)
Equipamentos de medição	(3.633)	(24)	-	-	-	(3.657)
Equipamentos de torres	(2.372)	-	-	-	-	(2.372)
Provisão para Desmantelamento	-	(220)	-	-	-	(220)
	(28.596)	(14.290)	-	-	-	(42.886)
Sistema de transmissão e conexão						
Máquinas e equipamentos	-	(2.816)	-	-	-	(2.816)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(385)	-	-	-	(4.609)
Benfeitorias	(181)	(25)	-	-	-	(206)
Móveis e utensílios	(1.874)	(78)	-	-	-	(1.952)
Softwares	(3.317)	(53)	-	-	-	(3.370)
Equipamento de informática	(3.606)	(96)	-	-	-	(3.702)
	(13.202)	(637)	-	-	-	(13.839)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.798)	(17.743)	-	-	-	(59.541)
Total do imobilizado em serviço	2.841	(8.536)	-	1.035.904	-	1.030.209

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2021	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	30/09/2022
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	598.112	37.306	6.945	(266.232)	(20.928)	355.203
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	(6.652)	-	5.440
Edificações, obras civis e benfeitorias	301.655	1.930	-	(184.229)	-	119.356
Móveis e utensílios	105	25	-	(130)	-	-
Torres de medição	4.857	81	-	(2.336)	-	2.602
Aerogeradores	1.536.592	96.716	-	(1.074.028)	-	559.280
Equipamentos de subestação	363.131	31.332	-	(242.620)	-	151.843
Adiantamentos a fornecedores	64.169	22.325	-	(63.867)	-	22.627
Provisão para Desmantelamento	-	13.533	-	-	-	13.533
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.354.795)	-	-	790.192	-	(564.603)
	1.526.980	203.248	6.945	(1.049.902)	(20.928)	666.343
Estoques						
Almoxarifado geral	15.290	7.248	-	10.120	-	32.658
Total do imobilizado em curso	1.542.270	210.496	6.945	(1.039.782)	(20.928)	699.001
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	16.086	5.359	305	-	(1.716)	20.034
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(130)	-	-	-	(130)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(3.898)	(775)	-	-	-	(4.673)
Total direito de uso	12.188	4.454	305	-	(1.716)	15.231
Total do imobilizado	1.557.299	206.414	7.250	(3.878)	(22.644)	1.744.441

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.



	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos vinculados aos ativos vendidos ²	30/09/2021
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	-	28.803
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	11	-	-	-	2.129
Softwares	3.339	-	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.778	55	-	-	-	3.833
	15.445	66	-	-	-	15.511
Estoques						
Almoxarifado geral	-	93	(93)	-	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	44.248	159	(93)	-	-	44.314
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.542)	(37)	-	-	-	(22.579)
Equipamentos de medição	(3.600)	(24)	-	-	-	(3.624)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	-	(2.372)
	(28.512)	(63)	-	-	-	(28.575)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(400)	-	-	-	(4.091)
Benfeitorias	(146)	(26)	-	-	-	(172)
Móveis e utensílios	(1.718)	(126)	-	-	-	(1.844)
Softwares	(3.311)	(4)	-	-	-	(3.315)
Equipamento de informática	(3.552)	(40)	-	-	-	(3.592)
	(12.418)	(596)	-	-	-	(13.014)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.930)	(659)	-	-	-	(41.589)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(500)	(93)	-	-	2.725
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	528.964	24.887	42.044	(11.092)	-	584.803
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	9.070	-	3.022	-	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	14.188	32.216	-	-	287.304
Móveis e utensílios	-	105	-	-	-	105
Torres de medição	3.440	-	1.126	-	-	4.566
Aerogeradores	1.483.661	12.763	7.584	-	-	1.504.008
Equipamentos de subestação	304.316	11.653	143.228	5.170	(127.375)	336.992
Adiantamentos a fornecedores	679	67.509	-	(111)	-	68.077
Provisão para perda ao valor recuperável						
do imobilizado	(1.292.351)	-	(125.145)	-	68.989	(1.348.507)
	1.279.741	131.105	104.075	(6.033)	(58.386)	1.450.502

- Continua -



- Continuação -

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência para ativos mantidos para venda</u>	<u>Reclassificações entre rubricas¹</u>	<u>Saldos vinculados aos ativos vendidos²</u>	<u>30/09/2021</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	-	8.636	-	-	-	8.636
Total do imobilizado em curso	<u>1.279.741</u>	<u>139.741</u>	<u>104.075</u>	<u>(6.033)</u>	<u>(58.386)</u>	<u>1.459.138</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	15.380	4.004	(2.872)	(215)	(213)	16.084
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(939)	(36)	19	4	(3.590)
Total direito de uso	<u>12.742</u>	<u>3.065</u>	<u>(2.908)</u>	<u>(196)</u>	<u>(209)</u>	<u>12.494</u>
Total do imobilizado	<u>1.295.801</u>	<u>142.306</u>	<u>101.074</u>	<u>(6.229)</u>	<u>(58.595)</u>	<u>1.474.357</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.



10.3 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	30/09/2022			31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.629)	63	22.692	(22.591)	101
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.657)	82	3.739	(3.633)	106
Equipamentos de torres	20%	2.404	(2.372)	32	2.372	(2.372)	-
		28.835	(28.658)	177	28.803	(28.596)	207
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.609)	747	5.356	(4.224)	1.132
Benfeitorias	4%	854	(206)	648	854	(181)	673
Móveis e utensílios	10%	2.140	(1.952)	188	2.129	(1.874)	255
Softwares	20%	3.665	(3.370)	295	3.659	(3.317)	342
Equipamento de informática	20%	4.283	(3.683)	600	3.820	(3.587)	233
		16.298	(13.820)	2.478	15.818	(13.183)	2.635
Total do imobilizado em serviço		45.133	(42.478)	2.655	44.621	(41.779)	2.842
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		98.439	-	98.439	28.040	-	28.040
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	26	-	26
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(4.669)	-	(4.669)	(1.185)	-	(1.185)
Total do imobilizado em curso		94.893	-	94.893	27.993	-	27.993
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		23.255	(10.603)	12.652	22.264	(10.062)	12.202
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 27.1)		(104.213)	-	(104.213)	(38.010)	-	(38.010)
Total imobilizado		59.068	(53.081)	5.987	56.868	(51.841)	5.027



10.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2021	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Transferência para ativos mantidos para venda	Incorporação	Aumento de capital em controladas	30/09/2022
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	32	-	-	-	-	2.404
	28.803	32	-	-	-	-	28.835
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	11	-	-	-	-	2.140
Softwares	3.659	6	-	-	-	-	3.665
Equipamento de informática	3.820	448	15	-	-	-	4.283
	15.818	465	15	-	-	-	16.298
Total do imobilizado em serviço - custo	44.621	497	15	-	-	-	45.133
(-) Depreciação							
Geração							
Torres de medição	(22.591)	(38)	-	-	-	-	(22.629)
Equipamentos de medição	(3.633)	(24)	-	-	-	-	(3.657)
Equipamentos de torres	(2.372)	-	-	-	-	-	(2.372)
	(28.596)	(62)	-	-	-	-	(28.658)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(385)	-	-	-	-	(4.609)
Benfeitorias	(181)	(25)	-	-	-	-	(206)
Móveis e utensílios	(1.874)	(78)	-	-	-	-	(1.952)
Softwares	(3.317)	(53)	-	-	-	-	(3.370)
Equipamento de informática	(3.587)	(96)	-	-	-	-	(3.683)
	(13.183)	(637)	-	-	-	-	(13.820)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.779)	(699)	-	-	-	-	(42.478)
Total do imobilizado em serviço	2.842	(202)	15	-	-	-	2.655
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	2.101	11.545	-	(66.684)	79.784	(20.928)	5.818
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	26	-	(15)	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(3.484)	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	2.054	11.545	(15)	(66.684)	76.300	(20.928)	2.272
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	2.473	989	-	481	-	-	3.943
(-) Amortização contratos de arrendamento	(2.342)	(541)	-	-	-	-	(2.883)
	131	448	-	481	-	-	1.060
Total do imobilizado	5.027	11.791	-	(66.203)	76.300	(20.928)	5.987



	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	30/09/2021
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	28.803
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	11	-	-	2.129
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.760	55	-	-	3.815
	15.427	66	-	-	15.493
Total do imobilizado em serviço - custo	44.230	66	-	-	44.296
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(37)	-	-	(22.579)
Equipamentos de medição	(3.600)	(24)	-	-	(3.624)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	(28.512)	(63)	-	-	(28.575)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(400)	-	-	(4.091)
Benfeitorias	(146)	(26)	-	-	(172)
Móveis e utensílios	(1.718)	(126)	-	-	(1.844)
Softwares	(3.311)	(4)	-	-	(3.315)
Equipamento de informática	(3.534)	(40)	-	-	(3.574)
	(12.400)	(596)	-	-	(12.996)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.912)	(659)	-	-	(41.571)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(593)	-	-	2.725
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.469	6.573	(941)	(6.381)	1.720
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	2.407	6.573	(941)	(6.381)	1.658
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	725	-	(513)	2.473
(-) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(560)	-	-	(2.159)
	662	165	-	(513)	314
Total do imobilizado	6.387	6.145	(941)	(6.894)	4.697

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.



10.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

10.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento.

Conforme mencionado na Nota 27, o saldo de imobilizado em curso existente em 30 de setembro de 2022 referente a determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

10.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de setembro de 2022 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A ⁽¹⁾			
ACL (Light I)	968.599	(327.254)	641.345
LER 2013	4.630	-	4.630
	<u>973.229</u>	<u>(327.254)</u>	<u>645.975</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽²⁾			
ACL (Light II)	66.323	(34.403)	31.920
ACL (Mercado livre II)	40.587	(21.753)	18.834
	<u>106.910</u>	<u>(56.156)</u>	<u>50.754</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso ⁽³⁾	108.409	(3.485)	104.924
Transferência para ativos mantidos para venda	(106.137)	3.485	(102.652)
Total do imobilizado em curso	<u>1.082.411</u>	<u>(383.410)</u>	<u>699.001</u>

Nota 1: A Companhia retomou as obras para a conclusão dos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A e estima que todos os parques entrarão em operação comercial até dezembro de 2022 (nota 1.1).

Nota 2: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota



16.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no período findo em 30 de setembro de 2022, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 3: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 30 de setembro de 2022 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

10.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia *wacc*) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 9,87% ao ano, e não identificou necessidade de complementar a provisão anteriormente constituída (R\$1.357.742 em 31 de dezembro de 2021).

10.10 Bens dados em garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 13.

10.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas identificaram 1.659 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.519 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 135 aos parques eólicos em construção e em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:



30/09/2022			30/09/2022		
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	9.640	7.001
Direito de uso do ativo arrendado	40.638	23.254	(-) Ajuste a valor presente	(3.406)	(1.246)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(12.789)	(10.603)	Total do passivo circulante	6.234	5.755
	27.849	12.651	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	63.288	14.001
			(-)Ajuste a valor presente	(40.852)	(6.356)
			Total do passivo não circulante	22.436	7.645
Transferência para ativos mantidos para venda	(12.618)	(11.591)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(13.280)	(12.285)
Ativo total	15.231	1.060	Passivo total	15.390	1.115

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Consolidado	Controladora
Custo		
Amortização direito de uso	130	-
Despesa		
Amortização direito de uso	775	541
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	3.572	2.399
Total	4.477	2.940



Em 30 de setembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado	
	Juros	Principal
Circulante		
set/2022 a ago/2023	3.406	9.640
Não circulante		
set/2023 a ago/2024	2.944	5.482
set/2024 a ago/2025	2.711	3.831
set/2025 a ago/2026	2.605	3.301
set/2026 a ago/2027	2.511	3.219
set/2027 a ago/2028	2.418	3.088
set/2028 a ago/2033	10.582	13.969
set/2033 a ago/2038	8.667	11.323
set/2038 a ago/2043	5.902	11.094
set/2043 a ago/2048	1.910	6.218
set/2048 a ago/2053	602	1.763
	<u>40.852</u>	<u>63.288</u>
Total	<u>44.258</u>	<u>72.928</u>

12. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores	48.929	83.215	4.287	12.426
Fornecedores recuperação judicial	203.053	233.020	24.635	52.035
	<u>251.982</u>	<u>316.235</u>	<u>28.922</u>	<u>64.461</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	(1.079)	-	-
	<u>251.982</u>	<u>315.156</u>	<u>28.922</u>	<u>64.461</u>
Apresentados como:				
Circulante	59.956	115.880	5.899	33.057
Não circulante	192.026	199.276	23.023	31.404
Total	<u>251.982</u>	<u>315.156</u>	<u>28.922</u>	<u>64.461</u>

Em 30 de setembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$203.053 (consolidado), sendo R\$427 - Classe I, R\$201.905 - Classe III e R\$721 - Classe IV. Na controladora o total é R\$24.635, sendo, R\$395 - Classe I, R\$24.235 - Classe III e R\$5 - Classe IV.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1 Consolidado

	Custo da Dívida	30/09/2022							31/12/2021						
		Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante			Total geral
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
Moeda Nacional															
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(13.5.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.) ^a	-	-	-	-	-	-	-	298	11.643	11.941	2.806	38.943	41.749	53.690
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(13.5.c)	100% CDI ^b	6.792	8.307	15.099	-	286.885	286.885	301.984	90	-	90	2.780	315.034	317.814	317.904
Banco Bradesco ^(13.5.d)	100% CDI ^b	17.956	-	17.956	18.133	323.034	341.167	359.123	63	-	63	26.866	323.034	349.900	349.963
Banco Itaú ^(13.5.d)	100% CDI ^b	6.569	-	6.569	6.634	118.183	124.817	131.386	23	-	23	9.829	118.183	128.012	128.035
Citibank ^(13.5.d)	100% CDI ^b	4.426	-	4.426	4.503	79.585	84.088	88.514	16	-	16	6.619	79.585	86.204	86.220
Banco ABC ^(13.5.d)	100% CDI ^b	2.628	-	2.628	2.654	47.273	49.927	52.555	9	-	9	3.932	47.273	51.205	51.214
BTG Pactual ^(13.5.d)	155% CDI	-	-	-	-	-	-	-	37.567	171.027	208.594	-	-	-	208.594
Citibank ^(13.5.d)	100% CDI ^b	291	27.140	27.431	-	-	-	27.431	486	43.222	43.708	-	-	-	43.708
Banco Bradesco ^(13.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	33	201	234	-	4.422	4.422	4.656	2	-	2	48	4.638	4.686	4.688
Banco Itaú ^(13.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	32	195	227	-	4.294	4.294	4.521	2	-	2	49	4.504	4.553	4.555
Banco Safra ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	1.265	2.941	4.206	4.207	1	-	1	26	2.557	2.583	2.584
		38.728	35.843	74.571	33.189	866.617	899.806	974.377	38.557	225.892	264.449	52.955	933.751	986.706	1.251.155
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	-	-	(298)	(11.643)	(11.941)	(2.806)	(38.943)	(41.749)	(53.690)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		38.728	35.843	74.571	33.189	866.617	899.806	974.377	38.259	214.249	252.508	50.149	894.808	944.957	1.197.465

a) 15% de bônus de adimplência.

b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

Em 30 de setembro de 2022 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$946.946, sendo, R\$933.562 da Classe II e R\$13.384 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3. A dívida com o Citibank é extraconcursal.



13.2 Controladora

13.2.1 Empréstimos

30/09/2022								
	<u>Custo da Dívida</u>	Circulante			Não circulante			<u>Total geral</u>
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
Citibank ^(13.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	291	27.140	27.431	-	-	-	27.431
Banco Safra ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	1.265	2.941	4.206	4.207
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		292	27.140	27.432	1.265	2.941	4.206	31.638

31/12/2021								
	<u>Custo da Dívida</u>	Circulante			Não circulante			<u>Total geral</u>
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BTG Pactual ^(13.5.d)	155% CDI	37.567	171.027	208.594	-	-	-	208.594
Citibank ^(13.5.d)	0,5% a.a. + TR ^b	486	43.222	43.708	-	-	-	43.708
Banco Safra ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	26	2.557	2.583	2.584
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		38.054	214.249	252.303	26	2.557	2.583	254.886

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

13.2.2 Debêntures privadas

13.2.2.1 Ativo

	<u>Custo da Dívida</u>	Circulante		
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	1.126	27.517	28.643

Em 22 de fevereiro de 2022 a controlada Renova Comercializadora realizou a primeira emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela Companhia, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 30/09/2022</u>
22/02/2022	Renova Energia	1 ^a	178.591	31/12/2022	28.643

13.2.2.2 Passivo

	<u>Custo da Dívida</u>	Não circulante					
		30/09/2022			31/12/2021		
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	984	59.807	60.791	143	59.807	59.950

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 30/09/2022</u>
-------------	-------------------	------------------------	--------------	-------------------	----------------------------



05/04/2021	Fase B	8ª	50.730	24/03/2025	51.576
03/09/2021	Fase B	10ª	9.077	03/09/2026	9.215
			<u>59.807</u>		<u>60.791</u>

13.3 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.109.057</u>	<u>88.408</u>	<u>1.197.465</u>	<u>216.806</u>	<u>38.080</u>	<u>254.886</u>
Provisão dos encargos financeiros	-	106.702	106.702	-	24.205	24.205
Honorários de sucumbência	384	-	384	384	-	384
Encargos financeiros pagos	-	(123.528)	(123.528)	-	(60.728)	(60.728)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(211.617)	-	(211.617)	(187.109)	-	(187.109)
Incorporação de juros ao principal			-	-	-	-
Saldos vinculados aos ativos alienados	4.636	335	4.971	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	<u>902.460</u>	<u>71.917</u>	<u>974.377</u>	<u>30.081</u>	<u>1.557</u>	<u>31.638</u>

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.406.509</u>	<u>56.593</u>	<u>1.463.102</u>	<u>362.618</u>	<u>17.730</u>	<u>380.348</u>
Empréstimos obtidos	362.465	-	362.465	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	106.438	106.438	-	23.220	23.220
Encargos financeiros pagos	-	(43.083)	(43.083)	-	(4.085)	(4.085)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(52.753)	-	(52.753)	(22.831)	-	(22.831)
Penalidades	355	-	355			
Incorporação de juros ao principal	21.328	(21.328)	-	(150)	150	-
Custo de captação	(14.392)	-	(14.392)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	868	-	868	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	4.128	4.833	8.961	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>1.728.508</u>	<u>103.453</u>	<u>1.831.961</u>	<u>339.637</u>	<u>37.015</u>	<u>376.652</u>



b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	51.000	137	51.137
Captação de debêntures privadas	-	-	-	455.808	-	455.808
Encargos financeiros provisionados	-	-	-	-	1.004	1.004
SalDOS em 30 de setembro de 2021	-	-	-	506.808	1.141	507.949
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	59.807	143	59.950
Emissão de debêntures privadas	178.591	-	178.591	-	-	-
Amortização	(151.074)	-	(151.074)	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	1.126	1.126	-	841	841
SalDOS em 30 de setembro de 2022	27.517	1.126	28.643	59.807	984	60.791

13.4 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Vencimento	30/09/2022	
	Consolidado	Controladora
out/2023 a dez/2023	210	210
jan/2024 a dez/2024	47.347	210
jan/2025 a dez/2025	47.347	210
jan/2026 a dez/2026	47.347	210
jan/2027 a dez/2027	47.347	210
jan/2028 a dez/2032	705.858	1.787
jan/2033 a dez/2036	4.350	1.369
Total	899.806	4.206

13.5 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbrás, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

Com o fechamento da operação de venda mencionada na nota 1.2.1, a dívida relativa a UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022 ("data base da operação"), correspondia a R\$48.719, foi integralmente transferida para a compradora.



b. Banco Safra

Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Centrais Elétrica Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“Itaparica”), a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) decretou vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R\$6.097 recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R\$2.557, listado em nome da FINEP, na Classe III, na lista de credores do plano de recuperação judicial.

Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito de sua titularidade, houve bloqueio de R\$ 3.591 e de R\$ 616, valores já levantados pelo Banco Safra. Opusemos as medidas judiciais pertinentes e aguardamos julgamento.

Os patronos do Safra distribuíram cumprimento provisório de sentença (processo nº 0028271-44.2022.8.26.0100), a fim de terem satisfeitos os honorários de sucumbência no montante de R\$337. A Companhia efetivou o depósito judicial do valor em discursão e obteve decisão determinando que eventual levantamento do montante deve ser precedido de caução. Contudo, os advogados interpuseram recurso que reverteu a decisão e liberou o levantamento do montante sem caucionamento.

Na Recuperação Judicial está pendente julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial nº 2088131-82.2021.8.26.0000 que discute a concursalidade ou não do crédito, caso seja julgado como crédito concursal a Companhia utilizará as medidas judiciais cabíveis para reaver os valores levantados, bem como para pagamento do crédito nos termos do plano de recuperação judicial em andamento.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro



Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 16) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$16.023 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e foi quitada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbrás (Notas 1.2.1).



14. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ a pagar	1.383	2.922	-	-
CSLL a pagar	1.243	1.079	-	-
COFINS a recolher	940	145	24	103
PIS a recolher	203	25	4	18
Tributos sobre folha de pagamento	1.067	1.445	915	1.445
Tributos retidos de terceiros	1.029	3.517	282	858
Tributos sobre operações de mútuo	163	94	103	77
Tributos em parcelamento	17.020	21.002	8.942	10.419
ICMS a recolher	82	72	-	-
	23.132	30.301	10.271	12.920
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	(361)	-	-
TOTAL	23.132	29.940	10.271	12.920
Apresentados como:				
Circulante	13.440	15.719	4.554	5.374
Não circulante	9.692	14.221	5.717	7.546
Total	23.132	29.940	10.271	12.920

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$8.942 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$ 2.133, ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 30 de setembro de 2022 é R\$ 925 e iii) parcelamento da controlada Chipley assumido pela Companhia com a incorporação, no montante de R\$5.884.

Em 2019, as controladas Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a controlada Renova Comercializadora de Energia parcelou débitos COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

Os saldos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.



15. Contas a receber e a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Ativo	
	30/09/2022	31/12/2021
<u>Não Circulante</u>		
CCEE	5	-
	Passivo	
	30/09/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Eletrobras	-	12.890
CCEE	35.513	36.418
Total	35.513	49.308
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	(12.890)
Total do circulante	35.513	36.418
<u>Não circulante</u>		
Eletrobras	-	13.776
CCEE	37.361	38.870
	37.361	52.646
Transferência para passivos diretamente associados	-	(13.776)
Total do não circulante	37.361	38.870
Total	72.869	75.288

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$33.841 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da



Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às suas PCHs, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 14,32 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 16,89 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2022 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

Com o fechamento da operação de venda mencionada na nota 1.2.1, a dívida relativa a UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022 (“data base da operação”), correspondia a R\$22.178, foi integralmente transferida para a compradora.

15.1 Movimentação

A movimentação dos períodos está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Saldos vinculados aos ativos alienados	30/09/2022
Eletrobras	-	1.074	-	(5.562)	-	4.488	-
CCEE	75.288	9.940	7.673	(25.593)	5.561	-	72.869
Total do passivo	75.288	11.014	7.673	(31.155)	5.561	4.488	72.869

	31/12/2020	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	30/09/2021
Eletrobras	-	14.861	-	(5.333)	-	(9.528)	-
CCEE	58.151	-	29.934	(7.576)	161	-	80.670
Total do passivo	58.151	14.861	29.934	(12.909)	161	(9.528)	80.670

16. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Penalidades Regulatórias ^(a)	78.909	74.748	-	-
Outros ^(b)	190.260	117.659	187.125	112.391
Total	269.169	192.407	187.125	112.391
Transferência de passivo para ativo mantido para venda	-	(776)	-	-
Total	269.169	191.631	187.125	112.391



Apresentados como:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	162.226	100.520	113.751	56.153
Não circulante	106.943	91.111	73.374	56.238
Total	269.169	191.631	187.125	112.391

a. Refere-se a valores provisionados em favor da:

- i) ANEEL no montante de R\$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019; e
- ii) CCEE no montante de R\$17.829 (R\$13.668, em 31 de dezembro de 2021) referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014. O saldo de 2021 foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. A apuração está sendo questionada na ANEEL através da ABEEólica.

b. Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a:

Descrição	Valor
i) passivo com a AES, que será quitado pelo encontro de contas contra créditos futuros.	43.391
ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos*.	25.375
iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 13.5 (Classe III).	15.966
iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3.	40.687
v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A.	2.320
vi) ademais, tendo a CEMIG GT deixado de ser parte relacionada da Companhia, os valores relacionados ao DIP e ao Adiantamento para futuro aumento de capital, anteriormente apresentado na rubrica de Partes relacionadas foi transferido para a rubrica de Outras contas a pagar.	62.469
vii) outros.	52
	190.260

Nota (*): Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 30 de setembro de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$197.985 (2021, R\$181.068), sendo R\$60.483 (2021, R\$77.988) cíveis, R\$3.843 (2021, R\$7.422) trabalhistas, R\$101.311 (2021, R\$95.094) fiscais, R\$659 (2021, R\$564), administrativas e R\$31.689, regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de setembro de 2022:



	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	-	181.068
Adição ^(a)	24	265	-	6	31.293	31.588
Atualização	3.079	833	6.226	202	-	10.340
Baixa ^(b)	(13.181)	(3.230)	-	(134)	-	(16.545)
Pagamento ^(c)	(4.460)	(1.126)	-	-	-	(5.586)
Total	63.450	4.164	101.320	638	31.293	200.865
Honorários de êxito	(2.967)	(321)	(9)	21	396	(2.880)
Saldos em 30 de setembro de 2022	60.483	3.843	101.311	659	31.689	197.985

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição	10.600	162	-	-	-	10.762
Atualização	3.663	631	1.671	100	-	6.065
Baixa	(30)	(1.423)	-	-	-	(1.453)
Total	43.058	8.142	93.962	538	2.500	148.200
Honorários de êxito	5	31	(13)	12	-	35
Saldos em 30 de setembro de 2021	43.063	8.173	93.949	550	2.500	148.235

(a) refere-se substancialmente a constituição de provisão e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros e detalhada a seguir.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas.

(c) refere-se substancialmente a condenação da Companhia ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios incorridas pela AES, que totalizam R\$4.537 quitados em 02 de fevereiro de 2022.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R\$4.007, já que R\$ 4.213 foram pagos em 2021 mediante conversão dos créditos em ações e o montante de R\$24.659 cedidos pela Elite ao Special Situation Fundo de Investimento Direitos Creditórios não Padronizados, reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar.



b) procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. (“LightCom”) em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.682.

Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (“Câmara FGV”) por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100), tendo a LightCom apresentado defesa e a Companhia réplica.

c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$2.704 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

- (ii) Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da agência para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as



provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$396.020 (31 de dezembro de 2021, R\$640.808), sendo R\$383.995 (31 de dezembro de 2021, R\$636.409) cíveis, R\$3.869 (31 de dezembro de 2021, R\$1.519) administrativas e R\$8.157 trabalhistas (31 de dezembro de 2021, R\$2.879), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$373.035 (R\$362.328, 31 de dezembro de 2021) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$10.960 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

17.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Diretoria Independente de Riscos e Conformidade tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos internos e externos, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

A Companhia teve notícia recente de que um dos inquéritos da Operação “E o Vento Levou”, que se encontrava no Ministério Público Federal, foi encaminhado e acolhido pela Justiça Federal de São Paulo, sendo revertido em ação penal, ressaltando que tal inquérito diz respeito a situações e pessoas totalmente desvinculadas da atual administração da Renova Energia e muito anteriores à implementação da Diretoria de Riscos e Conformidade

Neste contexto, vale ressaltar que, após investigações internas contando com apoio externo independente de consultoria especializada multinacional e renomado escritório de advocacia (“Investigadores Independentes”), juntamente com o Comitê de Monitoramento constituído pelo Conselho de Administração à época, a condução e efetivação de determinados contratos foram celebrados sem observar os controles internos da Cia. No entanto, o resultado de tais investigações acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios supostamente praticados pela Companhia, conforme anteriormente divulgado em fato relevante datado de 20 de fevereiro de 2020. As implicações financeiras relativas às condutas identificadas já foram contabilizadas no resultado do período em que tais operações ocorreram ou em períodos anteriores ao ano de 2019, portanto não se tem qualquer produção de impacto nas informações contábeis intermediárias deste trimestre.



Atualmente, a Companhia permanece investindo no aprimoramento de seu programa de integridade, ao passo que segue acompanhando o caso visando o melhor interesse da Renova Energia, bem como a proteção de seu patrimônio e de sua imagem. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na ação penal em tela e continuará à disposição para colaborar com as investigações ainda em curso.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento semestral de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aprimoramento da política de aplicação de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.



Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas:

- a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 41% de mulheres em posições de liderança.
- c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesses contratos é inferior ao preço da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia revisou seus cálculos considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI e identificou que não há provisão a ser constituída, (R\$23.465, em 31 de dezembro de 2021), assim a Companhia realizou a reversão da provisão no montante de R\$23.465.



19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 05 de maio de 2022, Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Companhia ao AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("AP Energias Renováveis"), administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova.

Ademais, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Em 29 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de junho de 2022, para capitalização de créditos detidos pela acionista AP Energias Renováveis, nos termos dos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 789.162, representado por 134.667.698 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 66.552.011 ações ordinárias e 68.115.687 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.139.098 (R\$3.349.936, em 31 de dezembro) dividido em 244.147.746 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.073.879 ações ordinárias e 122.073.867 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:



RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.356.007	21,59%	-	0,00%	26.356.007	10,80%
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.115.371	12,38%	-	0,00%	15.115.371	6,19%
Caetité Participações S.A.	10.356.384	8,48%	-	0,00%	10.356.384	4,24%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,72%	-	0,00%	884.252	0,36%
Outros Acionistas	95.717.872	78,41%	122.073.867	100,00%	217.791.739	89,20%
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	66.545.129	54,51%	68.107.270	236,95%	134.652.399	55,15%
Caetité Participações S.A.	-	0,00%	406.795	0,33%	406.795	0,17%
Renato do Amaral Figueiredo ²	5.764.804	4,72%	4.898.741	4,01%	10.663.545	4,37%
Ricardo Lopes Delneri	7.211.770	5,91%	15.099.715	12,37%	22.311.485	9,14%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	1,40%	3.424.354	2,81%	5.136.532	2,10%
BNDESPAR	696.683	0,57%	1.393.366	1,14%	2.090.049	0,86%
Outros	13.787.308	11,29%	28.743.626	23,55%	42.530.934	17,42%
Total	122.073.879	100,00%	122.073.867	281,16%	244.147.746	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Possui 36.162 ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

20. Receita líquida

	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	MWh*	MWh*			MWh*	MWh*		
Geração								
Suprimento de energia elétrica - PCHs	-	15.910	-	2.613	49.321	53.403	27.971	30.630
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	244.377	-	38.041	-	421.417	-	61.422	-
Outras receitas								
Operações - comercialização de energia elétrica			29.256	14.191			62.681	37.538
			67.297	16.804			152.074	68.168
Deduções s/ receitas:								
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(4.509)	(1.408)			(9.743)	(4.590)
Total			62.788	15.396			142.331	63.578

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.



21. Custos e despesas (receitas)

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custo dos serviços								
Compra de energia ⁽¹⁾	4.623	19.918	-	-	54.499	51.371	-	-
Custo da operação								
Serviços de terceiros	5.748	1.586	-	-	12.729	3.526	-	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 15.1)	388	-	-	-	3.060	-	-	-
Seguros	1.447	53	-	-	1.553	157	-	-
Repactuação do risco hidrológico	-	562	-	-	1.016	1.669	-	-
Material de uso e consumo	54	381	-	-	232	651	-	-
Outros custos	44	7	-	-	58	17	-	-
	7.761	2.589	-	-	18.728	6.020	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 10)	3.250	20	21	20	17.236	63	62	63
Encargos do uso do sistema de distribuição								
Tusd/Tust ⁽²⁾	2.977	139	-	-	5.789	534	-	-
Taxa de fiscalização	93	35	-	-	174	103	-	-
	3.070	174	-	-	5.963	637	-	-
Total	18.704	22.701	21	20	96.426	58.091	62	63
Despesas								
Gerais e administrativas								
Pessoal e administradores	7.850	4.067	2.646	(1.216)	15.842	15.005	1.622	4.457
Serviços de terceiros	2.824	8.070	1.668	3.728	17.648	23.910	5.627	16.822
Seguros	1.013	6	214	277	3.516	2.251	724	739
Telefonia e TI	735	741	145	81	2.232	1.982	331	377
Viagens	624	346	75	(9)	1.789	723	138	11
Impostos e taxas	1.337	229	635	176	1.337	1.074	635	442
Material de uso e consumo	131	189	53	48	471	384	119	77
Aluguéis e arrendamentos	4	13	4	-	26	171	4	2
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 17)	30.973	1.733	(321)	1.733	26.557	8.241	(4.471)	11.377
Outras despesas	(1.004)	442	(372)	49	275	588	153	120
	44.487	15.836	4.747	4.867	69.693	54.329	4.882	34.424
Depreciações e amortizações (Nota 10)	452	502	402	378	1.412	1.535	1.178	1.156
Outras (receitas) despesas líquidas								
Multa sobre ressarcimento (Nota 15.1)	31	15.071	-	-	4.612	29.934	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	749	3.412	-	-	4.269	10.211	-	-
Tusd/Tust ⁽²⁾	2.080	4.134	-	-	8.855	11.487	-	-
Taxa de fiscalização	6	21	-	-	26	150	-	-
Licenças e estudos ambientais	96	27	-	-	546	271	-	-
Contrato oneroso (Nota 18)	-	(12.675)	-	-	(23.465)	(11.325)	-	-
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	(8)	-	-	-	69	-	-	-
Outras despesas (receitas)	561	1.175	(53)	871	(5.493)	1.132	120	738
Total	3.515	11.165	(53)	871	(10.581)	41.860	120	738
	48.454	27.503	5.096	6.116	60.524	97.724	6.180	36.318

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.



- (2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados nas despesas estão relacionados aos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que ainda não entraram em operação comercial.
- (3) Refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

22. Resultado financeiro

Nota explicativa	3º Trimestre			
	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções	2.966	4.102	1.170	378
Juros sobre debêntures 13.3.b	-	-	353	-
Juros - partes relacionadas 24	-	-	996	-
Outras receitas financeiras	409	291	(1.757)	199
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹	(220)	(199)	1.518	(27)
Total das receitas financeiras	3.155	4.194	2.280	550
Despesas financeiras				
Encargos da dívida 13.3.a	(31.512)	(48.986)	(1.122)	(8.456)
Juros sobre debêntures 13.3.b	-	-	(404)	(447)
Juros - partes relacionadas 24	(15.201)	(10.645)	(16.671)	(10.645)
Juros	(6.691)	(5.441)	(1.752)	(387)
Fiança bancária para dívida	-	(60)	-	(60)
Atualização monetária contencioso	(4.909)	(1.467)	(4.902)	(1.460)
Juros sobre obrigação de arrendamento 11	(957)	(1.339)	(1.484)	(448)
Juros sobre provisão para desmantelamento	(1.058)	-	-	-
IOF	(89)	(89)	(7)	(1)
Outras despesas financeiras	(131)	(805)	(508)	435
Total das despesas financeiras	(60.548)	(68.832)	(26.850)	(21.469)
Total do resultado financeiro	(57.393)	(64.638)	(24.570)	(20.919)



	Nota explicativa	Acumulado de 9 meses			
		Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		15.317	7.637	4.818	751
Juros sobre debêntures	13.3.b	-	-	1.126	-
Juros - partes relacionadas	24	-	-	1.852	-
Outras receitas financeiras		1.140	851	198	285
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		(814)	(394)	(372)	(49)
Total das receitas financeiras		15.643	8.094	7.622	987
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	13.3.a	(106.702)	(106.438)	(24.205)	(24.224)
Juros sobre debêntures	13.3.b	-	-	(841)	(1.004)
Juros - partes relacionadas	24	(59.972)	(23.959)	(60.057)	(23.959)
Juros		(11.189)	(10.729)	(1.382)	(1.709)
Fiança bancária para dívida		-	(143)	-	(143)
Atualização monetária contencioso		(9.796)	(6.066)	(9.294)	(5.990)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(3.572)	(4.012)	(2.399)	(1.393)
Juros sobre provisão para desmantelamento IOF		(1.058)	-	-	-
Outras despesas financeiras		(271)	(201)	(40)	(3)
Total das despesas financeiras		(485)	(1.941)	(199)	495
Total das despesas financeiras		(193.045)	(153.489)	(98.417)	(57.930)
Total do resultado financeiro		(177.402)	(145.395)	(90.795)	(56.943)

(1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

23. Imposto de renda e contribuição social

	3º Trimestre			
	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(13.157)	(44.943)	(17.260)	(45.179)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	4.473	15.281	5.868	15.361
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	-	(819)	(389)	(819)
Resultado da equivalência patrimonial	-	15.445	(12.301)	(6.162)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(780)	(2.516)	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(24.433)	3.017	(36.595)	2.202
Prejuízo fiscal e base negativa	16.637	(30.644)	43.417	(10.582)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(4.103)	(236)	-	-
Taxa efetiva	-31%	-1%	-	-



	Acumulado de 9 meses			
	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	33.299	(128.317)	26.837	(129.533)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(11.322)	43.628	(9.125)	44.041
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(4)	(1.814)	(745)	(1.814)
Resultado da equivalência patrimonial	-	36.682	(34.492)	(12.311)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(162)	1.612	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(34.661)	(18.913)	945	(5.209)
Prejuízo fiscal e base negativa	39.687	(62.411)	43.417	(24.707)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(6.462)</u>	<u>(1.216)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	19%	-1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	127.697	206.855
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(784.133)</u>	<u>(990.988)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(656.436)</u>	<u>(784.133)</u>



24. Transações com partes relacionadas

24.1. Controladora

	Controladora						
	Ativo		Passivo	Resultado financeiro		Despesa	
	30/09/2022	31/12/2021	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>							
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	23.037	(85)	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	168.797	156.229	-	1.852	-	-	-
Subtotal	168.797	156.229	23.037	1.767	-	-	-
<u>Partes relacionadas^(4, 5)</u>							
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	-	787.836	(23.388)	-	-	-
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	(36.584)	(22.251)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	-	-	(1.095)	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	-	-	(613)	-	-
Subtotal	-	-	787.836	(59.972)	(23.959)	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>							
Energética Serra da Prata S.A.	-	554	-	-	-	(1.448)	(4.758)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	3.666	2.413	-	-	-	(1.253)	(1.350)
Controladas - LER 2013	11.533	4.221	-	-	-	(7.312)	(4.499)
Controladas - LER 2014	2.482	967	-	-	-	(1.515)	(649)
Controladas - ACL (Light I)	15.652	6.360	-	-	-	(9.292)	(7.177)
Controladas - ACL (Light II)	-	-	-	-	-	-	(75)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	-	-	-	-	-	-	(50)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	6.124	-	-	-	(4.577)	(5.043)
SF 120 Participações Societárias S.A.	1.335	571	-	-	-	(764)	(491)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	1.907	816	-	-	-	(1.091)	(646)
Subtotal	36.575	22.026	-	-	-	(27.252)	(24.738)
Transferência para ativos mantidos para venda	(1.335)	(571)	-	-	-	-	-
Subtotal	35.240	21.455	-	-	-	(27.252)	(24.738)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>							
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	-	-	-	-
Total	204.037	177.684	815.873	(58.205)	(23.959)	(27.252)	(24.738)



24.2. Consolidado

	Consolidado		
	Passivo	Resultado financeiro	
	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
CEMIG Geração e Transmissão S.A.			
TARD ⁽⁴⁾	737.976	(31.772)	(17.362)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽⁶⁾	5.000	-	-
Outras operações com partes relacionadas ⁽⁶⁾	49.860	(4.812)	(4.889)
Total	792.836	(36.584)	(22.251)
TARD ⁽⁴⁾			
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	(23.388)	-
TARD ⁽⁵⁾			
Ricardo Lopes Delneri	-	-	(1.095)
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	(613)
	792.836	(59.972)	(23.959)
Apresentados como:			
<u>Passivo</u>			
Partes relacionadas			
Circulante	49.860		
Não circulante	742.976		
Total	792.836		

24.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792.836	177.684	815.873
Adição	-	27.070	(16)
Assunção do mútuo da Renova Comercializadora com a ESPRA	-	11.014	11.014
Encargos financeiros provisionados	59.972	1.852	60.057
Amortização	(4.064)	(2.118)	(4.064)
Incorporação controlada Bahia Holding	-	(10.701)	-
Capitalização dos TARDs	(789.072)	-	(789.072)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	-	(34.120)
Reclassificação para outras contas a pagar (nota 16)	(59.672)	-	(59.672)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 27.2)	-	(764)	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	-	204.037	-



	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970
Adição	(182)	44.911	(182)
Amortização	-	(34.279)	(1.876)
Encargos financeiros provisionados	23.959	-	23.959
Capitalização dos créditos com partes relacionadas	(274.160)	-	(274.160)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	-	(160.626)
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(163.275)	-
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	-	(10.000)	-
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(193)	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	777.389	39.702	958.085

24.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) Adiantamento para futuro aumento de capital recebido da então controladora CEMIG GT, foi transferido para a rubrica Outras contas a pagar, quando a mesma deixou de ser parte relacionada da Companhia.
- (4) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Companhia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019. Com a alteração do controle acionário da Companhia, a CEMIG GT cedeu esses créditos a AP Energias Renováveis que seguiu com a sua capitalização conforme descrito na nota explicativa 19.b.
- (5) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Energia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019. Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor cedido a terceiros foram capitalizadas.
- (6) Outras operações com partes relacionadas:

a. Empréstimos tipo DIP

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de



São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 30 de setembro de 2022	15.802	10.238	31.429	57.469

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro. Em 15 de setembro de 2021 a Companhia comunicou ao mercado que devido à falta de interessados, nas ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., não ocorreu o Leilão por Proposta Fechada da UPI Mina de Ouro.

Considerando que a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia, o saldo do DIP e do Adiantamento para futuro aumento de capital foi transferido para a rubrica Outras contas a pagar (nota 16).

c. Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 13.2.2 tanto a Companhia quanto a sua controlada Renova Comercializadora emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia.

24.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$8.243 e R\$8.311, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.



Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

30/09/2022						
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,22	3,44	5,66	2,56	5,00	13,22
Remuneração fixa acumulada	1.946	2.186	4.132	224	356	4.712
Salário ou pró-labore	1.791	1.909	3.700	224	356	4.280
Benefícios diretos e indiretos	155	277	432	-	-	432
Remuneração variável acumulada	1.414	984	2.398	-	-	2.398
Bônus	-	125	125	-	-	125
Provisão Programa de participação no resultado	1.414	676	2.090	-	-	2.090
Gratificações variáveis	-	183	183	-	-	183
Benefícios pós emprego	10	-	10	-	-	10
Benefícios motivados pela cessação do cargo	865	258	1.123	-	-	1.123
Valor total da remuneração por órgão*	4.235	3.428	7.663	224	356	8.243

30/09/2021						
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,22	5,22	3,00	5,00	13,22
Remuneração fixa acumulada	1.520	2.197	3.717	252	374	4.343
Salário ou pró-labore	1.392	1.955	3.347	252	374	3.973
Benefícios diretos e indiretos	128	242	370	-	-	370
Remuneração variável acumulada	1.457	1.244	2.701	-	-	2.701
Bônus	218	66	284	-	-	284
Provisão Programa de participação no resultado	1.239	1.178	2.417	-	-	2.417
Benefícios pós emprego	-	17	17	-	-	17
Benefícios motivados pela cessação do cargo	273	977	1.250	-	-	1.250
Valor total da remuneração por órgão*	3.250	4.435	7.685	252	374	8.311

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP



Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2022				30/09/2021			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,22	3,44	2,56	5,00	2,00	3,22	3,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	2.020	1.082	81	73	2.184	1.920	108	75
Valor da menor remuneração individual*	251	886	81	73	1.066	594	72	74
Valor médio de remuneração individual	1.906	995	88	71	1.625	1.376	84	75

Nota: o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores paga no período de maio de 2022 a abril de 2023.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.



Consolidado

	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	76.008	354.110	76.008	354.110
Aplicações financeiras	4.189	5.278	4.189	5.278
Contas a receber de clientes	29.684	6.231	29.684	6.231
Não circulante				
Aplicações financeiras	271	254	271	254
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	59.956	115.880	59.956	115.880
Empréstimos e financiamentos	74.571	252.508	74.571	252.508
Partes relacionadas	-	49.860	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	192.026	199.276	192.026	199.276
Empréstimos e financiamentos	899.806	944.957	899.806	944.957
Partes relacionadas	-	742.976	-	742.976

Controladora

	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.805	234.209	18.805	234.209
Partes relacionadas	35.240	21.455	35.240	21.455
Debêntures privadas	28.643	-	28.643	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	271	254	271	254
Partes relacionadas	168.797	156.229	168.797	156.229
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	5.899	33.057	5.899	33.057
Empréstimos e financiamentos	27.432	252.303	27.432	252.303
Partes relacionadas	-	49.860	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	23.023	31.404	23.023	31.404
Empréstimos e financiamentos	4.206	2.583	4.206	2.583
Debêntures privadas	60.791	59.950	60.791	59.950
Partes relacionadas	-	766.013	-	766.013



b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Consolidado				
30/09/2022		31/12/2021		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	76.008	-	354.110	-
Aplicações financeiras	4.189	-	5.278	-
Contas a receber de clientes	-	29.684	-	6.231
Não circulante				
Aplicações financeiras	271	-	254	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	59.956	-	115.880
Empréstimos e financiamentos	-	74.571	-	252.508
Partes relacionadas	-	-	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	-	192.026	-	199.276
Empréstimos e financiamentos	-	899.806	-	944.957
Partes relacionadas	-	-	-	742.976

Controladora				
30/09/2022		31/12/2021		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.805	-	234.209	-
Partes relacionadas	-	35.240	-	21.455
Debêntures privadas	-	28.643	-	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	271	-	254	-
Partes relacionadas	-	168.797	-	156.229
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	5.899	-	33.057
Empréstimos e financiamentos	-	27.432	-	252.303
Partes relacionadas	-	-	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	-	23.023	-	31.404
Empréstimos e financiamentos	-	4.206	-	2.583
Debêntures privadas	-	60.791	-	59.950
Partes relacionadas	-	-	-	766.013



c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Valor justo em 30 de setembro de 2022				
Descrição	Saldo em 30/09/2022	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	56.805	56.805	-	-

Valor justo em 31 de dezembro de 2021				
Descrição	Saldo em 31/12/2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	392.147	392.147	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de setembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de setembro de 2022 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.



d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2022, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 30 de setembro de 2022	13,65%	13,65%	13,65%
	Aplicações financeiras:	56.805	56.805	56.805
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	11,25%	8,44%	5,63%
	Perda anual nas aplicações financeiras	(1.435)	(3.117)	(4.799)
Alta do CDI	Empréstimos:	960.993	960.993	960.993
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	11,25%	14,06%	16,88%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	3.964	30.992

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 11,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (8,44% a.a.) e 50% (5,63% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (14,06% a.a.) e 50% (16,88% a.a.).



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III até dezembro de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	438	-	-	-	438
Classe II	-	46.678	280.068	606.816	933.562
Classe III	-	15.340	76.700	214.742	306.782
Classe IV	716	-	-	-	716
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	27.431	-	-	-	27.431
Total	28.585	62.018	356.768	821.558	1.268.929



g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	7	29.684	6.231

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de setembro de 2022 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(974.377)	(1.990.301)
Patrimônio líquido (negativo)	160.679	(655.320)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	80.468	359.642
Dívida líquida + Patrimônio líquido (negativo)	(733.230)	(2.285.979)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

26. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e



preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	(17.260)	(45.179)	26.837	(129.533)
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	125.265	74.478	125.265	74.478
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	(0,14)	(0,61)	0,21	(1,74)
<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	125.265	74.478	125.265	74.478
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	(0,14)	(0,61)	0,21	(1,74)

27. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.3, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Mina de Ouro e UPI Enerbrás. Assim, em 30 de setembro de 2022, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

27.1 Controladora

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>30/09/2022</u>
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.515
Projetos eólicos em desenvolvimento	104.214
Total	117.729
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>30/09/2022</u>
Arrendamentos a pagar	12.285



27.2 Consolidado

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022

<u>ATIVOS</u>	<u>SF 120 - Mina de Ouro</u>	<u>Projetos em desenvolvimento</u>	<u>Total</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	16.740	102.022	118.762
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>SF 120 - Mina de Ouro</u>	<u>Projetos em desenvolvimento</u>	<u>Total</u>
CIRCULANTES			
Partes relacionadas	1.335	-	1.335
Arrendamentos a pagar	38	5.550	5.588
Total dos passivos circulantes	1.373	5.550	6.923
NÃO CIRCULANTES			
Arrendamentos a pagar	807	6.885	7.692
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.938	-	12.938
Recursos para futuro aumento de capital	25	-	25
Lucro (prejuízo) acumulado	(783)	-	(783)
Total do patrimônio líquido	12.180	-	12.180
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.360	12.435	26.795

(*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as controladas classificadas como mantidas para venda e a Companhia, no valor total de R\$1.335.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2022:

<u>Demonstração do resultado dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>SF120</u>
Custos e despesas	(389)
Prejuízo do período	(389)
<u>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(389)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(379)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	768
Caixa e equivalentes de caixa no início e no fim do período	-



28. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 30 de setembro de 2022 é como segue:

Risco de operação				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		
		Início	Fim	
Riscos operacionais	R\$ 2.655.000	13/06/2022	13/06/2023	
Responsabilidade civil	R\$ 50.000	26/11/2021	26/11/2022	

Risco de construção				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		
		Início	Fim	
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 2.145	30/06/2022	10/01/2023	
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 29.268	31/01/2022	31/01/2023	
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	31/01/2022	31/01/2023	
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	31/01/2022	31/01/2023	
Transporte nacional	R\$ 183.208	22/06/2022	22/06/2023	

Risco de administração e portfólio				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		
		Início	Fim	
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2022	31/01/2023	
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 2.100	07/11/2021	07/11/2022	
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R\$ 915	07/11/2021	07/11/2022	
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2022	29/03/2023	

29. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Provisão para perda sobre investimento	9	-	-	(17.879)	(225.896)
Aumento de capital em controladas com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	9.3.2	-	-	-	127.750
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	9.3.2 e 24.3	-	-	10.701	35.525
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Fornecedor	9.3.2	-	(80.716)	-	102.290
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Empréstimos	9.3.2	-	(21.574)	-	-
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado	9.3.2 e 10.4	-	-	20.928	-
Incorporação de investimento x imobilizado	9.3.2 e 10.4	-	-	76.300	-
Direito de uso - arrendamento	10	5.359	3.789	989	725
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	9.995	10.952	2.279	458
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	10	(3.878)	-	-	-



	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Provisão para desmantelamento	10	22.242	-	-	-
Reclassificação entre Outras contas a pagar e Fornecedor	12	(89)	6.181	(59)	6.181
Reclassificação entre Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e Outras contas		(12.387)	-	(12.387)	-
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	19 e 24.3	(789.072)	(274.160)	(789.072)	(274.160)
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Outras Contas a Pagar		-	(11.106)	-	(11.106)
Outras contas a pagar x partes relacionadas	24.3	59.672	-	59.672	-

30. Eventos subsequentes

30.1 Conversão de créditos

Em 07 de outubro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 6ª e última Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova poderão manifestar interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia, nos termos da cláusula 14 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais Sociedades Consolidadas e da cláusula 12 do Plano de Recuperação Judicial da Alto Sertão e demais sociedades que integram a Fase A do Projeto Alto Sertão III. O prazo para manifestação e recebimento do pedido de conversão pela Companhia foi encerrado em 05 de novembro de 2022 e a Companhia está apurando o resultado das manifestações e novo comunicado será divulgado oportunamente.

30.2 Venda de Ativos Conversão de créditos

Em 08 de novembro de 2022 a Companhia comunicou ao mercado que publicou no Jornal Estado de São Paulo e no Diário da Justiça Eletrônico, o Edital de Leilão por Proposta Fechada da UPI Cordilheira dos Ventos – Remanescente, formada pelos ativos que compõem o potencial eólico desenvolvido em 73 (setenta e três) terrenos arrendados nos municípios de Cerro Corá, Lajes e São Tomé, localizados no estado do Rio Grande do Norte, em observância ao Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova.

Os interessados poderão acessar as informações da UPI Cordilheira dos Ventos – Remanescente através do Data Room da Companhia, e, querendo, poderão manifestar seu interesse até o dia 17 de novembro de 2022, com a apresentação de Proposta Fechada até 01 de dezembro de 2022, observado os procedimentos indicados no referido Edital. A audiência para abertura das Propostas Fechadas será realizada em ambiente virtual, por meio da plataforma “WEBEX”, no dia 08 de dezembro de 2022, às 14 horas.

* * *

Daniel Gallo
Diretor Presidente

Emanuela Cabib
Diretora Jurídica

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
CPF: 947.337.165-91